

## editorial

A situação da saúde da mulher no Brasil e no mundo sofre com os cortes ditados por instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, os famigerados ajustes estruturais, e também é vítima das conseqüências dos acordos comerciais internacionais. Ajustes seguidos cegamente por governos como o do Fernando Henrique Cardoso, ajustes que levam em conta somente a liquidez para pagamento de juros da dívida externa em detrimento da saúde da população.

Com esta conjuntura, o 28 de maio deste ano, Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher, pretende ir para as ruas denunciar os perigos destes acordos.

No Brasil, onde o atendimento na rede pública de saúde vem piorando cada dia mais, deverão ocorrer atos descentralizados, eventos de rua, manifestações e debates para apresentar ao conjunto da sociedade que infelizmente ainda é preciso ter uma data específica para exigir qualidade de atendimento e de serviços. Exigir que nenhuma mulher padeça de doenças que poderiam ser evitadas, como é o caso do câncer de colo do útero. Exigir que medicamentos mais baratos sejam oferecidos àquelas que necessitam. Exigir que o direito à saúde esteja acima de acordos ou interesses financeiros.

A Central de Movimentos Populares (CMP) antecipou, em função do feriado, do dia 31 para 28 de maio, as manifestações do Dia de Luta em Defesa dos Direitos Sociais. Este ano vão para as ruas lutar por moradia, saúde, educação e emprego e exigir o fim da violência, da discriminação e dizer não ao projeto neoliberal e à Alca. Sendo assim, as organizações de mulheres estarão juntas com a CMP nos atos do 28 de maio.

As Semprevivas

Constança Lucas, *Leituras dos sons e corpos*



## Os acordos comerciais internacionais e a saúde da mulher

Em 1987, durante o V Encontro Internacional da Saúde da Mulher, realizado na Costa Rica, foi decidido proclamar o 28 de maio como "Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher", quando várias organizações do mundo realizam atividades, que vão desde o teatro de rua às manifestações e debates, todas elas dedicadas a lutar para melhorar a qualidade da saúde da mulher.

por Sonia Coelho

A Rede Mundial de Mulheres Pelos Direitos Reprodutivos tem publicado, todos os anos, um Chamado para a Ação. Desde 1996, os Chamados foram dedicados a diversos aspectos da saúde. Após discussão com grupos de várias regiões foi mudado o enfoque para um estudo crítico do impacto das políticas neoliberais globais – especialmente do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – para a saúde das mulheres e a reivindicação de políticas que tenham uma visão de gênero e sirvam para melhorar a disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde.

### Como os acordos comerciais afetam as mulheres?

Para a maior parte da população do mundo, ter acesso a medicamentos e boa qualidade de serviços de saúde é uma realidade muito distante. Em muitos países a pobreza tem aumentado devido à implementação de ajustes estruturais e as reformas no setor da saúde impostas pelas instituições econômicas internacionais tem agravado ainda mais a pobreza.

Os defensores dos acordos não reconhecem o fato de que estes têm conse-

continuação da capa

qüências diferentes para homens e mulheres, para populações indígenas e negras, urbanas e rurais.

Os acordos comerciais deixam os produtos farmacêuticos sob controle absoluto do proprietário da patente por prazos mais longos do que o normal e as substâncias não podem ser fabricadas da forma genérica, que seria muito mais barato. Em todo o mundo, as mulheres, que são as mais pobres, estão ficando sem os medicamentos de que necessitam.

Um de cada três bebês de mães soropositivas está infectado com o HIV. Mas o contágio mãe-filho pode ser evitado se as grávidas e/ou lactantes tomarem medicamentos antiretrovirais. O preço alto destas drogas patenteadas e a falta de alternativas genéricas impedem seu uso. A maioria destas crianças morrerá na primeira infância após um longo e doloroso período de enfermidade.

Os acordos também afetam o acesso aos serviços de saúde e o sistema público continua sofrendo cortes. Médicos e enfermeiras dos hospitais públicos são atraídos pelos hospitais privados, que pagam melhores salários, refletindo na qualidade dos serviços dos hospitais públicos. As mulheres que trabalham na área de saúde, como enfermeiras ou em outras ocupações, devido aos cortes nos gastos públicos, estão perdendo seus empregos. Por outro lado, a privatização está abrindo a possibilidade para que diversos profissionais deste setor emigrem para outras cidades ou países, empobrecendo e debilitando ainda mais os serviços que restam.

Nos últimos anos, as empresas de sementes, farmacêuticas, biotecnológicas e agrícolas têm se unido em megacorporações que controlam muitos aspectos da vida cotidiana das pessoas. Praticando biopirataria, essas corporações vêm patenteando os genes de plantas, muitas delas úteis para a agricultura e a medicina. Com isso, as mu-



Mulheres ainda precisam ir às ruas lutar por saúde digna

heres estão perdendo o controle de produtos que são vitais para elas, passam a ter uma relação de dependência com intermediários, que vendem o produto e têm a possibilidade de fixar o preço que quiserem. Caso o produto se converta em item de exportação, passa a custar mais caro no mercado local, novamente afetando as mulheres.

### Saúde das mulheres no Brasil

As condições de saúde das mulheres em particular e da população em geral estão se deteriorando cada vez mais, na medida em que as políticas sociais e o sistema de saúde estão orientados pelo neoliberalismo e, portanto, o Estado vai abandonando suas obrigações sociais.

A escassez de recursos no serviço público implica na ausência ou má qualidade na atenção à saúde. Tudo isto tem impacto nos indicadores de saúde, com graves retrocessos e não faltam exemplos das conseqüências geradas pela obediência do governo brasileiro às ordens do FMI/Banco Mundial. Sofremos com a desastrosa epidemia de dengue. Em 1999, o Ministério da Saúde, para cortar os gastos na saúde, demitiu seis mil agentes sanitários que trabalhavam no combate da dengue, o que contribuiu para a expansão desta epidemia que já matou 28 pessoas e hospitalizou outras milhares.

Outra modalidade de redução de custos tem sido o PSF/PACS (Programa

Saúde da Família e Agentes Comunitários), programas criados pelo governo federal com a finalidade de “conter os custos e manter a população nos níveis básicos de atenção”, mas está desmantelando unidades de saúde, sem maiores preocupações com ambulatórios de especialidades ou acesso a outros níveis de atenção, programas como PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher), saúde mental, saúde do trabalhador.

Segundo estimativas do Instituto Nacional do Câncer, espera-se para 2002 a morte de aproximadamente 13.110 mulheres com câncer de útero e mama, e aponta-se a ocorrência de aproximadamente 53.690 novos casos. O que causa indignação é que a maioria destas mortes poderia ser evitada.

Se analisarmos o conjunto das necessidades das mulheres, verificamos que as ações em saúde da mulher têm se caracterizado como fragmentadas e pensadas eleitoralmente.

Um exemplo atual é a campanha de prevenção de câncer de útero (1998): dois anos depois da campanha, portadoras de diagnóstico positivo ainda não haviam recebido tratamento algum.

A dura realidade da saúde da mulher tem se agravado e ficado ainda mais complexo com o aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais. E como resposta, a ação do governo é cada vez mais reduzida e simplificada.

## Desafios na luta pelo direito ao aborto

por Nalu Faria

Um balanço da luta pelo direito ao aborto no Brasil e as diferentes estratégias adotadas pelos setores do movimento de mulheres é necessário. Uma colocava a questão de forma gradual e a outra apostava no crescimento da mobilização, acreditando que isso poderia ser canalizado para a aprovação de projetos que em tramitação no Congresso.

Após as Conferências da ONU do Cairo/94 e Pequim/95, prevaleceu a estratégia em torno do PL 20/91, que regulamentava no serviço público os casos já previstos em lei. Do ponto de vista do tipo de ação, havia uma predominância da ação de *lobby* no Congresso e relação com os meios de comunicação de massa. Essa estratégia algumas vezes foi bombardeada por tentativas conservadoras de fazer retroceder com propostas para mudar o direito à vida desde o nascimento para direito à vida desde a concepção. Nesse momento foi organizado um processo de mobilização.

No processo de votação ficou evidente que a direita ataca a questão do aborto por inteiro. Enquanto o movimento de mulheres argumentava que não se tratava de ampliar o direito ao aborto, a direita dizia que era contra o aborto em qualquer circunstância e que mesmo a lei atual tinha que ser revogada.

A Campanha Latino-Americana em torno do 28 de setembro, Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina, atualmente coordenada pelo Brasil através da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, organizou um ato internacional no Rio de Janeiro em dezembro de 2001. Neste evento foi elaborada a Carta da Guanabara, que apresenta a questão da descriminalização, mas não explicita a relação com a garantia de ser realizado na rede pública de saúde. Além disso, até agora não há nenhuma proposta concreta de como esse evento se desdobra de forma ampla para o país e também não ficou

explícito qual foi a convocação nacional e, portanto, seu impacto.

Após a proclamação do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher se iniciou uma campanha colocando como meta a redução da morbi-mortalidade materna. Em 1990 e 1991 a campanha trabalhou o tema do aborto, que foi de extrema importância para a atuação de setores que trabalhavam com a ampliação desse debate junto ao movimento popular e sindical. Essa atuação se dava por acreditar que só uma ampla mobilização social com diversas alianças poderá produzir o deslocamento de forças necessário para



conseguirmos hegemonia e garantir a descriminalização do aborto e sua realização na rede pública de saúde. Significa que uma coordenação da luta pelo direito ao aborto tem que envolver todos os setores, para que as estratégias sejam desenhadas em conjunto e as organizações envolvidas façam a campanha e não fiquem apenas reiterando o apoio.

### Repensando estratégias

Partindo dos dados apresentados pela Fundação Perseu Abramo na pesquisa “Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado”, 6% das entrevistadas, represen-

tando três milhões das mulheres que mantém relações sexuais, afirmaram já ter provocado aborto, talvez um número menor do que o real. Vários estudos estimam até 1.400.000 abortos por ano. Destas, 66% declararam ter feito o aborto sem acompanhamento médico, mas 70% passaram por consulta médica posterior.

Em relação ao conhecimento e concordância com a lei sobre aborto, 29% das mulheres concordavam com a afirmação de que fazer o aborto deve ser uma decisão só da mulher, independente da vontade do parceiro. Por outro lado, metade (48%) concorda que as mulheres deveriam ter o direito de decidir se continuam uma gravidez ou fazem um aborto. Mas 59% são a favor que a lei sobre o aborto permaneça como está, 22% acham que deveria ser proibido em todos os casos e 16% consideram que o aborto deveria deixar de ser crime em todos os casos.

Esses dados mostram que temos muito a fazer para recolocar a questão do direito ao aborto como central. Se somarmos a isso o crescimento de posições religiosas conservadoras e do reforço da maternidade e da família como ideal de vida para as mulheres, podemos imaginar que teremos que debater amplamente o tema do direito à autonomia das mulheres e desconstruir toda a visão de subordinação e da maternidade como destino.

Também é necessário aprofundar o debate do direito ao exercício da sexualidade e da separação deste da reprodução. Portanto, a luta pelo direito ao aborto não se esgota nos projetos de lei e na tentativa de formação da opinião pública. Isso é importante, mas é limitado para promover as transformações estruturais – como é, sem dúvida, o caso da descriminalização e legalização do aborto. A luta necessária vai muito além, envolvendo compromissos do movimento de mulheres com organizações de massa, formando uma ampla coalizão social e política organizada.



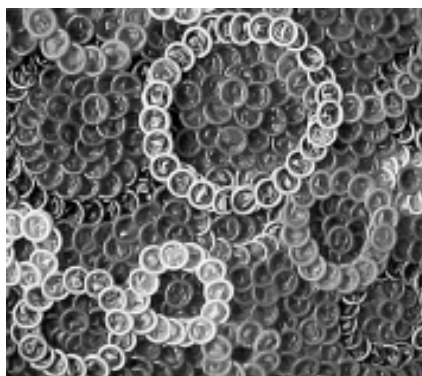
## A arte a serviço do sexo seguro

por Fernanda Estima

A luta pelo sexo seguro e de preservação do meio ambiente tem uma aliada artística. A gaúcha Adriana Bertini há seis anos desenvolve obras de arte feitas com refugos e lotes vencidos de preservativos.

Ao excursionar no tema da sexualidade abordando a campanha mundial do sexo seguro, o universo de seu trabalho artístico foi encontrar em materiais como o látex e nas embalagens de papel alumínio dos preservativos, um duplo potencial para suas mensagens. Ao mesmo tempo em que transformava refugo em arte, traz à nossa consciência uma mensagem de educação, ligada à saúde, ao meio ambiente e à vida em sociedade. “A camisinha é tão básica como um jeans e tão necessária como um grande amor. O objetivo deste trabalho é difundir de forma artística o uso do preservativo, rompendo tabus e preconceitos”, conta a artista.

O material é de difícil manipulação por causa do lubrificante, mas o resultado, telas, esculturas ou mesmo os vestidos inspirados em Carmem Miranda, Marlene Dietrich e Rita Hay-



Detalhe da tela de Adriana Bertini, feita com preservativos coloridos

worth, entre outras atrizes, surpreende pela originalidade. Adriana está em processo de criação. Em junho estará em Barcelona, participando da Conferência Mundial de HIV/Aids, sendo uma das poucas brasileiras escolhidas para apresentar seu trabalho.

Apesar das chances de abertura de mercado, a partir de sua presença na Espanha, Adriana está negociando duas exposições para o final do ano e está aberta para novos convites. Contatos pelos telefones (11) 5575-5375 e 9682-1087 ou pelo e-mail [adrianabertini@yahoo.com](mailto:adrianabertini@yahoo.com)

## o que rola

### Conselho Brasileiro debate seu papel no Fórum Social Mundial

Nos dias 20 e 21 de maio o Conselho Brasileiro do Fórum Social Mundial (FSM) realizou seminário, em São Paulo, para discutir sua ação. Além de discussões sobre a conjuntura e o movimento anti-globalização, também estiveram na pauta debates sobre os fóruns temáticos e continentais e o papel do Conselho Brasileiro na organização do Fórum 2003.

As brasileiras e brasileiros deverão destinar grande empenho na preparação organizativa em Porto Alegre (metodologia, infra-estrutura, logística, comunicação e cultura), além de auxiliar a construção do Fórum como processo de fortalecimento dos comitês estaduais, inclusive com possibilidade de realização de fóruns nos Estados, de inserção e visibilidade das discussões que poderão ser levadas para a capital gaúcha.

Pensando o FSM como processo de acúmulo de debates, estão sendo programados fóruns temáticos e continentais. Neste sentido, o Conselho Brasileiro já tem como tarefa preparar a participação do país no Fórum Pan-Amazônico e no da Argentina (temáticos) e no Fórum Continental que será realizado em Quito, Equador, no final de outubro. O Conselho volta a se reunir nos dias 24 e 25 de agosto, em São Paulo.

# folhafeminista

nº 34 maio de 2002 ISSN 1516-8042

#### CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A folha feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da ICCO.

#### EQUIPE EDITORIAL

**Diretora Responsável:** Nalu Faria  
**Editora:** Fernanda Estima (Mtb 25.075)  
**Projeto Gráfico:** Alexandre Bessa  
**Diagramação:** Márcia Helena Ramos  
**Fotolito:** Input  
**Impressão:** RWC Artes Gráficas  
**Tiragem:** 1.500 exemplares  
**Número avulso:** R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

**Assinatura anual (10 números):** R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros  
 05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: [sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

## próximos números

- O PAPEL DA MULHER NA MÍDIA LATINO-AMERICANA
- PROJETOS DE LEI SOBRE ABORTO NA CÂMARA DE DEPUTADOS